

Governança dos Oceanos para a Sustentabilidade.

- *Ligação crucial para igualdade do gênero e segurança alimentar.*
- *Conselho Político.*
- *Estudo de um caso em Madagascar.*

Linnéa Engström, antiga MEP, PD Conselho de Administração Marítima.

Introdução

A vida na terra começa nos oceanos e a vida irá sempre depender deles. Eles cobrem dois terços da superfície do planeta e contêm 99 por cento do espaço vivo no planeta. Cada segundo de folêgo que nós temos vem do oxigênio produzido pelos oceanos.

Actividades humanas nos sistemas de apoio á vida dos oceanos chegou a níveis insustentáveis. Hoje os oceanos encontram ameaças de super exploração, poluição, declínio da biodiversidade, mudança climática e acidificação. Estas ameaças afectam não apenas os próprios oceanos mas também a humanidade e o planeta inteiro.

Aproximadamente 3 bilhões de pessoas dependem do peixe como a sua principal fonte de proteínas e milhões de pessoas dependem dos oceanos para o seu sustento. Os pescadores de pequena escala fornecem trabalho a 90 por cento das pessoas empregadas na pescaria. O peixe continua a ser uma das mercadorias mais comercializadas e todo o mundo. Mais de metade do valor exportação do peixe é originário dos países em desenvolvimento.

As mulheres são um contributo essencial para a indústria de marisco, representando mais de metade da força de trabalho. São muitas vezes participantes chave no processo, venda local e diferentes funções de apoio na indústria da pesca. O seu trabalho é essencial para a economia local, emprego e segurança alimentar. Ainda, esses empregos são menos reconhecidos e menos remunerados— em alguns casos

mesmo não remunerados. Um estudo de 2015 da Organização Alimentar mostra que as mulheres são severamente sub-representadas aos níveis de tomada de decisão na indústria do marisco e tem muito pouco acesso ao crédito e a recursos financeiros que lhes permitam desenvolver a sua indústria.

O estado das reservas de peixe marinhos no mundo não tem melhorado. Mais de 31 por cento das reservas de peixe são pescados a níveis biológicos insustentáveis. Continuar a pescar em demasiado é uma série ameaça a todo o ecossistema marinho mas também aos empregos e rendimento.

Recursos marinhos são um bem público. Ainda mais e mais oportunidades de pesca estão a ser transformadas em direitos privados transferíveis de pesca que são comprados por companhias de pesca industrial ou negócios não relacionados com a pesca. Comunidades locais do litoral ficam comprimidos e muitos Pescadores perdem o seu meio de sobrevivência, olhem para o último desenvolvimento num país como o Gana onde uma forma especial de corporativas de embarcações de pesca estão pescando e depois vendendo outra vez á população pelo dobro do preço.

Em resumo, nós particularmente necessitamos de pôr em relevo os desafios enfrentados pelos mais pobres no mundo e os países, regiões e populações mais vulneráveis. Isto aplica-se especialmente aos países menos desenvolvidos e pequenas ilhas de estados em desenvolvimento.

Os impactos da mudança Climática

Mudança climática é uma ameaça fundamental global á segurança, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Acidificação Oceânica causada pelo aumento dos níveis de dióxido de carbono tem um vasto impacto negativo em muitos organismos marinhos. Reduz a capacidade dos crustáceos para produzir as suas cascas e corais para formar o seu esqueleto. Muitos destes organismos são a base de toda a cadeia alimentar.

O aquecimento dos oceanos irão criar novos padrões de migração de peixe, fazendo vencedores hoje e derrotados amanhã e vice versa. Condições meteorológicas extremas e imprevisíveis com fortes chuvas e tempestades que podem danificar ecossistemas costeiros. Aumento dos níveis do mar irão cobrir pântanos e habitats de leito baixo onde o peixe se reproduz, e destrói árvores e arbustos, os viveiros para muitas espécies de peixe importante para comercialização.

Ao mesmo tempo os seres humanos são afectados pela mudança climática. Mais vulneráveis são as pessoas nos países em desenvolvimento. Quando a terra arável diminui e as secas atingem o interior, muitos procuram novas possibilidades como Pescadores nas áreas costeiras e aumenta a pressão dos recursos marinhos.

Uma Economia Ambiental deve ser sustentável

O rápido crescimento da população mundial e a diminuição dos recursos em terra virou muitos olhos em relação aos oceanos como salvador na ausência de um planeta "B". Economia ambiental tornou-se o novo conceito para atender às crescentes necessidades. Mas os oceanos só têm o potencial de preencher este desejo se forem recuperados e mantidos num estado saudável e de produtividade. Economia ambiental deve tornar-se uma economia ambiental sustentável.

Os países pobres devem proteger os seus recursos naturais. A mais importante decisão política é prevenir o **IUU** (Explicação) e demais pesca. Existem um número de passos importantes na política em ordem para governar a indústria da pesca numa forma mais sustentável. Uma forma de proteger importantes áreas de desova para o peixe é aumentar em proporção a protecção de áreas marinhas. Métodos destrutivos de pesca tais como explosivos ou dinamite devem ser banidos. Arrasto pelo fundo deve ser cuidadosamente regulado e banido em habitats sensíveis. Uma forma inteligente de gerir a pesca é a introdução de engrenagem selectiva como padrão (explicar).

Os oceanos do mundo são a nossa herança comum que nós temos a responsabilidade de conservar e deixar á próxima geração. Nós efectivamente temos a sabedoria, a tecnologia e os recursos para salvar os nossos oceanos.

Uma maneira de gerir a mudança climática na pesca é reduzir a tensão nos oceanos ao determinar o rendimento da pesca (Máximo rendimento sustentável-MSY). Existe imensa incerteza nas avaliações científicas, especialmente nas águas litorais dos estados mais pobres. O aquecimento global, acidificação, micro-plásticos e espécies invasivas são apenas alguns dos novos desafios que podem mudar a teia alimentar, o padrão de migração e saúde das diferentes reservas de peixe quais tem imensas implicações para a indústria do peixe. A acidificação dos oceanos tem impacto nos crustáceos, novas doenças e parasitas podem ser o resultado do aquecimento global e espécies invasoras que destróiem outras. Muitas coisas podem influenciar as possibilidades de colheita e poderia portanto ser considerado quando da determinação do MSY. Esta deve ser a forma de assegurar uma grande abordagem preventiva quando se define as quotas e o total de apanha permitida. Hoje, nós temos discussões sobre a mudança climática e como afecta a saúde das reservas de peixe, padrões de migração, comportamento e por aí adiante. Mas isto é uma área o qual necessita de desenvolvimento adicional. É muitas vezes "esquecido" ou minimizado nas discussões. Mas isto irá ser o maior desafio a enfrentar no futuro. Já hoje as reservas de peixe estão a mudar os padrões da sua migração, mas o conhecimento de porquê o peixe se comporta desta maneira é muito baixa, pelo menos nas discussões políticas, contudo, nós poderíamos adivinhar quais são as razões, nós necessitamos de muita mais pesquisa fidedigna.

O imposto na apanha de peixe estabelece os incentivos para reduzir o esforço da pesca para níveis mais eficientes para manter a produtividade das populações de peixe. Aplicado correctamente podem aumentar os custos privados de acções que causem danos ao ambiente marinho— tais como demasiada exploração dos recursos marinhos e da poluição marinha.

Preferências do consumidor são muito o resultado num mundo rico de fortes campanhas de publicidade e o que está realmente nas prateleiras das lojas. A procura cresceu imenso para alimentação ecológica nos últimos anos, e o público está cada vez mais consciente acerca de como os alimentos que comem foram

produzidos e se é de uma fonte sustentável. Eu estou convencida que muitas pessoas estão inclinadas a mudar os seus hábitos se apenas tiverem conscientes acerca dos desafios do futuro para alimentar o crescimento da população mundial.

Certificação do peixe de acordo de como está a sustentabilidade das reservas poderia ser a maneira para a indústria global do peixe no sul aumentar a sua sustentabilidade, enquanto o padrão é baseado numa criteria legítima que pode ser verificada por uma terceira parte. Padrões de certificação podem ter parte numa importante função, particularmente em recompensar práticas de pesca sustentável.

*O Concelho de Administração Marítimo é um dos projectos de certificação mais sofisticados e dignos de confiança, com vários critérios, que contribuem para uma melhor transparência, ao passo que por exemplo o rótulo *Golfinho e Segurança* não é tão abrangente, e apenas foca-se em aspectos de pesca do atum relacionados com os golfinhos. No entanto, MSC também sofreu críticas por não reforçar os seus critérios ao longo do tempo.*

É importante que qualquer pesca sustentável para o atum tenha uma abordagem holística, onde os impactos em toda a parte do ecossistema, assim como tendo em conta a gestão a capacidade da pesca.

Aumentar a rastreabilidade das origens dos productos de peixe está a ficar cada vez mais importante, para dominar fraude alimentar, demasiada pesca e aumentar o trabalho decente na indústria da pesca.

Peixe liberto de plástico e não tóxico. Um camião cheio de plástico entra no nosso Oceano a cada minuto. Microplásticos, embalagens de plástico e plástico descartável todos acabam nos nossos oceanos e nós devemos vigorosamente mobilizar e legislar contra isto.

O acordo de pesca de Madagascar , um estudo de um caso.

O acordo “economia ambiental” foi alegadamente assinado em Beijing em 2018 do qual teria visto um investimento de US\$2.7 bilhões no sector da pesca em Madagascar. Madagascar é uma das nações mais pobres do mundo, com 75% da população vivendo com menos de US\$1.90 por dia. O PIB de Madagascar em 2017

foi apenas de US\$11.5 bilhões, fazendo um investimento de US\$2.7 bilhões extremamente importante.

De acordo com um trabalho acadêmico em 2011, 4.7 milhões de toneladas de peixe foi apanhado nas águas de Madagascar entre 1950 e 2008 – duas vezes mais o relatado nos dados do governo. A escalada de pesca ilegal, não relatada e não regulada, causou um enorme dano económico. Ao mesmo tempo, mais pessoas estavam a vir das terras altas do centro Madagascar para o litoral em ordem de ganhar a vida, aumentar a classe dos pescadores. Quando o peixe começou a escassear no sul, mudaram-se para o norte.

O sector da pesca de Madagascar é vulnerável: supervisão é fraca, falta de infraestrutura e a indústria de peixe é usada insustentavelmente. Enorme investimento estrangeiro foi apenas outra causa de preocupação acerca do futuro da sustentabilidade. Em 2017, seis embarcações Chinesas de pesca receberam permissão de apanhar peixe e carangejo no sul da ilha, causando pânico entre os Pescadores locais que reclamavam que os barcos chineses usavam engrenagem inapropriada para a pesca. Estas autorizações acabaram no final do ano de 2018, e no começo do ano de 2019 o ministro das pescas anunciou que os barcos não poderiam ser permitidos a funcionar, e que as suas engrenagem de pesca tinham sido confiscadas.

O acordo de pesca de US\$2.7 bilhões foi o maior tópico de conversas em Madagascar no verão de 2019. Uma carta opondo-se ao acordo foi publicada na internet rapidamente reuniu 20,000 assinaturas. Mesmo condutores de taxi na capital de Antananarivo puderam reclamar acerca de centenas de barcos de pesca Chineses que poderiam chegar.

Joelison Razakarivony lembra-se de pensar que “esta companhia Chinesa não pode saber tanto acerca de Madagascar.”

“Se eles mandassem alguém a Madagascar, ou lessem a nossa Constituição, eles saberiam que o presidente na assinatura deveria demitir-se dois dias depois, quer

dizer um enorme risco político para o acordo. E se tivessem enviado alguém para verificar a AMDP [Agência para o Desenvolvimento Económico e Promoção dos Negócios em Madagascar] eles teriam percebido que não era uma entidade do governo, e que o acordo assinado não teve necessariamente o apoio do governo.”

E é verdade, antes da cerimônia de assinatura poucos tinham ouvido sobre a AMDP. E se tentares e descobrires as suas origens, as coisas tornam-se interessantes.

A AMDP, para lá do seu título de “agência” , não tem nada a ver com o governo.

Em 2016, O Fórum de Assuntos Francófonos (FFA), qual encoraja a cooperação entre nações de língua Francesa, realizou uma cimeira em Madagascar. A AMDP foi a associação privada que estabeleceu a parceria com a FFA, registada debaixo da morada de Paris da FFA. A AMDP teve ligações de perto com Rajaonarimampianina, o presidente na altura que do acordo de pescas foi assinado. O chefe da AMDP Hugues Ratsiferana foi o conselheiro especial do presidente, e o sobrinho do presidente tinha um lugar na direcção da AMDP.

De acordo com a fonte da Aliança Investigativa de Jornalistas de Madagascar, a original AMDP dissolveu-se em Agosto de 2017, e a AMDP a qual assinou o acordo em Beijing apenas se registou oficialmente em Madagascar no dia 19 Setembro de 2018 – duas semanas depois da assinatura.

Por que ponto, o presidente, que já não era presidente, ele demitiu-se no dia 7 de Setembro, no mesmo dia da notícia da quebra do acordo, em ordem para disputar as eleições presidenciais em Novembro.

Vendo a controversia sobre o acordo, o antigo presidente rapidamente percebeu que a sua associação com o acordo não vinha em seu favor . Um mês mais tarde, no dia 4 de Outubro, ele decidiu esquecer o que aconteceu em Beijing, dizendo numa entrevista á Rádio Internacional Francesa : “Eu não tenho conhecimento do acordo.”

